

DE LÊNIN A STÁLIN: A CONSOLIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO NA UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

Felipe Miguel Savegnago Martins¹
Pedro Henrique Evangelista Duarte²

Resumo: A proposta do presente artigo é discorrer sobre o processo de formação do planejamento econômico na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), principal bloco socialistas do século passado. Formado por 15 nações, o bloco soviético ganhou grande notoriedade na hegemonia econômica e política internacional ao organizar suas atividades produtivas a partir do planejamento econômico, o que lhe permitiu travar uma longa disputa econômica, bélica e ideológica com os Estados Unidos. A partir de uma análise teórico-histórica, pretende-se então apontar as principais características do planejamento econômico soviético enquanto uma nova forma de organização econômica, diversa portanto do modo de produção capitalista. O recorte temporal analisado será estabelecido entre 1917, ano da Revolução Russa, até 1945, que sacramenta o fim da Segunda Guerra Mundial e a URSS como potência hegemônica internacional.

Palavras-chave: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); planejamento econômico; economia socialista.

Abstract: The aim of this paper is to propose a discussion on the formation of the Soviet-type economic planning in the former Union of Soviet Socialist Republics (USSR), the first socialist bloc in the world. The USSR was a union of 15 countries and had a great notoriety in economic hegemony and international politics by organizing its productive activities from economic planning, which allowed it to wage a long economic, military and ideological dispute against the United States. Based on a theoretical and historical perspective, it is intended to highlight the most important aspects of the Soviet-type economic planning, as a new way of economic and social organization, and how it contributed to the economic and social development in the USSR. We will analyze the period that goes from the Russian Revolution, in 1917, until 1945, when USSR reaches the position of international hegemonic power.

Keywords: Union of Soviet Socialist Republics (USSR); economic planning; socialist economy.

Submissão às sessões ordinárias.

Área temática 2: História econômica e economia brasileira.

Classificação JEL: N14, N44, N64, P20, P30.

Introdução

Em 1917, no transcurso da Primeira Guerra Mundial, um conjunto de disputas internas na Rússia, travadas pelo descontentamento de diversas classes sociais com os privilégios da nobreza czarista, viria a transformar todo o cenário político, econômico e ideológico na Europa e no mundo,

¹ Discente do curso de graduação em Ciências Econômicas no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU). Contato: felipe.martins.ufu@gmail.com

² Professor Adjunto da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (FACE-UFG). Contato: pheduarte@gmail.com

a partir da deflagração da Revolução Russa e da criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Efetivada a partir das revoluções de Fevereiro e de Outubro, a Revolução Russa deu novos contornos à organização política da região, ao dar início ao primeiro governo diretamente organizado por representantes das classes populares.

Inicialmente restrita ao território russo mas, posteriormente, tendo se estendido para 15 países, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas teria como uma de suas principais características, no campo da política econômica, a chamada planificação econômica. Indo na contramão do liberalismo econômico típico dos países capitalistas, a planificação econômica tinha como fundamento a organização da atividade econômica a partir do Estado, com a centralização de recursos e decisões, de forma a tentar promover um desenvolvimento econômico equilibrado. Para além disso, ao centralizar no Estado a propriedade dos principais meios de produção, o planejamento econômico soviético trazia em si a ideia de que a propriedade pertencia ao povo – uma vez sendo o Estado seu representante – de modo que a organização econômica e social seria orientada, prioritariamente, à defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Considerando esses aspectos, o presente artigo tem o objetivo de analisar, dentro de uma perspectiva teórico-histórica, os elementos do planejamento econômico soviético, no período que vai de 1917 – data da Revolução Russa – até 1945, ano que demarca, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o posicionamento da União Soviética como potência hegemônica internacional e as diversas disputas política, econômica, bélica e ideológica que passaria a travar com os Estados Unidos. Parte-se do entendimento que os elementos do planejamento econômico soviético são fundamentais para a compreensão dos fatores que permitiram à região, num período de menos de 30 anos, sair da posição de uma economia agrária e subdesenvolvida para uma potência econômica internacional. Assim, faz-se fundamental a análise das características da planificação econômica para entender o conjunto de avanços econômicos e sociais que se processaram na União Soviética, determinando um conjunto de rearranjos nas disputas político-ideológicas internacionais.

Para a análise proposta, o artigo está dividido em três seções. Na primeira seção será analisado, em linhas gerais, a dinâmica econômica da Rússia czarista, a fim de evidenciar as principais razões para que a Revolução Bolchevique fosse possível, além de sistematizar as dificuldades e êxitos do país para que, efetivamente, a União Soviética surgisse. Em seguida, serão discutidos dois primeiros planejamentos que ocorreram logo após a tomada de poder pelos bolcheviques: o comunismo de guerra e a Nova Política Econômica.

Na segunda seção, serão discorridos os debates internos ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) acerca da transição do poder após a morte de Lênin, de que forma deveria ser interpretada a transformação rumo ao socialismo no bloco soviético e a maneira escolhida para se planejar a economia. Em seguida, será feita uma discussão da formação dos planos quinquenais e da

consolidação da economia centralmente planejada durante o período Stálin até a Segunda Guerra Mundial. Desta maneira, será possível compreender os seus efeitos gerais, a partir da conjuntura histórica que se encontravam, e de que forma a União Soviética veio a ser uma potência econômica e militar.

Desta forma, compreendendo os fatos históricos, perceber-se-á que a formação do planejamento econômico é fundamentalmente consequência das transformações – ou pelo menos parte delas – ocorridos na primeira metade do século XX, especificamente no entre guerras.

1. Da Rússia czarista à Nova Política Econômica

1.1 Panorama econômico do período czarista

O quadro socioeconômico russo, na década de 1910, era complexo e de significativas contradições, explícitas no transcurso do desenvolvimento capitalista que se concretizava neste período histórico. O país avançou, já ao final do século XIX, no processo de industrialização, com influência importante de interesses internacionais – França, Inglaterra e Bélgica, por exemplo – em setores como metalurgia e têxtil, concentrados em São Petersburgo e Moscou. Ainda assim, como aponta Oliveira (2002), mesmo com as indústrias modernas nascentes na Rússia czarista, a sociedade ainda estava atrelada aos laços servis, dificultando o processo de aceleração da divisão social do trabalho e, inevitavelmente, da acumulação por intermédio da extração do mais valor e da formação de um mercado interno consolidado, bases fundamentais do modo de produção capitalista.

Com as principais potências hegemônicas vivendo o período do capitalismo monopolista – isto é, com protagonismo dos monopólios, trustes e do capital financeiro – e a Rússia ainda consolidando, gradativamente, suas bases produtivas, o país era obrigado a introduzir complexos e modernos esquemas produtivos, rompendo com as “etapas” do desenvolvimento industrial (OLIVEIRA, 2002). Assim que as indústrias nascentes na Rússia eram, grosso modo, de médio (entre 100 e 1000 operários) e grande porte (superior a 1000 operários). No ano de 1914, para se ter dimensão desta transformação, mais de 41% dos operários russos se concentravam nessas indústrias (REIS FILHO, 1989).

No entanto, o motor da economia era a agricultura, responsável por 45,3% da renda russa, e cuja estrutura fundiária era altamente concentrada nas mãos da nobreza czarista, na magnitude de 45% em 1911. Ademais, antes da Primeira Guerra Mundial, cerca de 80% da população ainda vivia no campo e a pauta exportadora russa era representada em 88% por cereais (*ibidem*). Estes elementos reforçam o atraso econômico do país e a dificuldade de consolidar uma estrutura industrial.

O processo de industrialização russa, iniciado tardiamente, tem um paradoxo fundamental se comparado com as economias capitalistas avançadas à época, cuja relevância à análise histórica é primordial: enquanto os países centrais concretizaram suas industrializações tendo como agente principal o Estado, através do acúmulo primitivo de capitais no período colonial, a Rússia construía as bases produtivas por intermédio dos capitais estrangeiros. Mesmo que o Estado russo já tivesse algum controle sobre parte dos investimentos, já que as classes dominantes queriam impedir um processo de “ocidentalização” do país, estes eram majoritariamente de terceiros.

A grande consequência social da industrialização tardia russa, sem um planejamento concreto às realizações econômicas, foi o desenvolvimento totalmente desequilibrado da economia. O contraste era muito evidente quando se visualizava grandes fábricas modernas e, no mesmo cenário, condições produtivas no campo que ainda mantinham as características do período da servidão.

Na verdade, mesmo ali onde o capitalismo desponta, ele ainda se combina, em larga medida, com formas pré-capitalistas de produção e organização social. [...] Operários e camponeses, que se encontram na base da pirâmide social, é que mais sofrerão com a combinação das formas capitalistas e pré-capitalistas de exploração. (REIS FILHO, 1989:15).

Não obstante, deflagrou-se, em 1914, a Primeira Guerra Mundial, resultado das tensões imperialistas em busca de novos territórios a serem colonizados, cujos reflexos acentuariam ainda mais a nova divisão internacional do trabalho, caracterizada pelos países centrais industrializados exportadores de manufaturados, e os periféricos, de produtos primários.

1.2 A Rússia, a Primeira Grande Guerra e o Governo Provisório

Em busca de novos territórios a serem dominados e consolidar as forças em torno da figura do Czar, a Rússia viu-se obrigado a ingressar na batalha ao lado da Tríplice Entente, formada pelos principais investidores na indústria do país. No entanto, com contingente insuficiente de soldados, o exército russo passou a recrutar camponeses para ingressar nas fileiras da batalha, haja vista que a maior parte da população se encontrava no campo. Nesse sentido que, a partir da entrada do país na Primeira Grande Guerra, a atividade econômica passou a atuar quase que exclusivamente mediante as demandas oriundas do conflito, fosse direcionando investimentos à fabricação de armamentos e transferindo grande parte de sua produção alimentícia aos combatentes, fosse na tentativa de refrear os efeitos da queda da força de trabalho no campo.

No entanto, essa estratégia de alocação de recursos foi catastrófica: a partir do momento em que camponeses ingressam no exército, e considerando que a principal fonte de renda do país era a agricultura, os impactos na dinâmica econômica, inevitavelmente, foram altamente negativos.

Como reflexo, a produção de cereais – que era o principal item da balança comercial e de fonte alimentícia das famílias - reduziu em 21%, gerando ondas de fome sem precedentes. Em 1917, o consumo de alimentos era menos da metade em relação ao ano anterior; os recursos industriais caíram 80% em 1914, se comparado ao ano anterior (REIS FILHO, 1989).

Ao longo da Primeira Grande Guerra, e em decorrência do conflito, cresceu o descontentamento da população. Dessa forma, intensificou-se as revoltas, principalmente nos dois primeiros meses de 1917, com ondas de manifestações e greves gerais. As revoltas foram inevitáveis pela situação econômica que o país passava, chegando a mais de 1 milhão de grevistas no primeiro semestre de 1914 e aproximadamente 575 mil nos dois primeiros meses de 1917 (*idem*, 2003).

De forma independente de ideologias e partidos políticos, e, portanto, sem um movimento de vanguarda à liderança das manifestações, uma fração importante da população russa estava unida, nos primórdios de 1917, para derrubar o regime czarista vigente: os soldados pediam a retirada das tropas da Primeira Guerra; os trabalhadores, melhores condições de trabalho e comida; os camponeses, terras para cultivo. Em outras palavras, as diferentes demandas das distintas classes se convergiam no desejo da saída da Rússia da guerra e na melhoria das condições de trabalho e vida, resultando naquele que ficou conhecido como o lema da Revolução Russa: “paz, pão e terra”. Assim, dado o quadro socioeconômico russo, a derrubada do czar Nicolau II foi concretizada em fevereiro deste ano, formalizando o início do Governo Provisório.

Com a Revolução de Fevereiro, o Governo Provisório se construiu como uma espécie de poder de duas faces: os *Soviets* e a *Duma*. De maneira geral, o *Soviets* refere-se à Assembleia Constituinte, composta por membros proletários de diversos partidos, organizados de forma autônoma, responsáveis por fiscalizar as decisões gerais do governo. Já a *Duma* seria a Assembleia Legislativa, de caráter liberal e responsável pelos futuros rumos das decisões internas e externas da Rússia.

O caráter contraditório do Governo Provisório estava estritamente expresso quando a *Duma* ainda “flertava” com o czarismo, elegendo um nobre na liderança e membros da burguesia liberal para ingressarem no novo governo. As esperanças de uma consolidação mais popular estavam longe de ocorrer. Não obstante, os avanços da classe operária não eram efetivados, já que os trabalhadores, em geral, que não tiveram suas jornadas reduzidas e aumentos salariais, e tampouco foi formalizada a reforma agrária. Para reforçar o descontentamento com o Governo Provisório, a

Rússia mantinha-se na Primeira Guerra Mundial, mantendo assim todas os aspectos do trágico cenário socioeconômico.

A eclosão de uma possível ruptura com o regime vigente parecia palpável no campo, onde os *mujiqs*, camponeses russos, faziam livremente as demarcações de terras para romper com a grande concentração fundiária. Com isto, no inverno entre 1917 e 1918, eles apropriam de cerca de 40% das terras cultiváveis (REIS FILHO, 1989), com amplo apoio dos bolcheviques, já que estes, em sua maioria, apoiavam a aliança entre operários e campesinatos.

Nas cidades, ondas de greves, manifestações e de intensa organização partidária com os bolcheviques na vanguarda dos movimentos culminaram, no mês de outubro, na derrubada do Governo Provisório -e a instalação de um governo popular tinha caminhos favoráveis de se concretizar.

1.3 O Governo Bolchevique, a Guerra Civil Russa e o comunismo de guerra

Com a Revolução de Outubro, os bolcheviques definitivamente tomam o poder da Rússia, dissolvendo a *Duma* e concretizando a hegemonia dos *Soviets*. Logo, uma série de medidas socioeconômicas de cunho popular, como a abolição de aluguéis e passagens de trens, foram postas em prática. Desta forma, gradativamente, o novo Estado formado passou a ser o principal agente econômico e, mais importante, os trabalhadores e camponeses, pela primeira vez, puderam se sentir como protagonistas da história russa. No entanto, as particularidades produtivas e sociais da Rússia deveriam ser enfrentadas de maneira inédita, como se verá a seguir.

No tocante à transição do modo de produção capitalista para o socialismo, cabe colocar alguns pontos importantes. Para Marx, em trabalhos como *A Ideologia Alemã* (2001) e o *Manifesto do Partido Comunista* (2012), a revolução socialista ocorreria a partir de dois grandes espectros: em uma sociedade altamente desenvolvida, no que diz respeito a sua capacidade produtiva, e com um proletariado com bastante organização política, sendo a vanguarda das mobilizações revolucionárias.

Dado que as características do território russo não se encaixavam naquilo que os teóricos acreditam ser os elementos históricos apontados para a ocorrência da transição socialista, é fato que a nova organização política da Rússia enfrentaria enormes desafios para realizar sua transição, pois o país, apesar de possuir um corpo produtivo capitalista, com uma indústria ligeiramente consolidada, tinha uma estrutura era essencialmente atrasada e com uma sociedade que possuía raízes rurais e feudais bastante fortes. Fato é que a Rússia não havia experimentado um desenvolvimento capitalista clássico típico dos países centrais da Europa. Como argumenta Rodrigues (2006), a economia russa estava muito aquém dos níveis alcançados por, por exemplo,

Inglaterra e França, já que no governo czarista os objetivos imperialistas, atrelados ao baixo desenvolvimento industrial, levaram o país às ruínas. A questão central, então, seria de como atingir um nível material suficiente para atender as necessidades da sociedade que emergia nas mãos dos novos governantes.

A solução apontada pelos bolcheviques seria a centralização das atividades econômicas nas mãos do Estado. Contudo, este Estado não era igual ao monarca e tampouco ao burguês. Como o próprio Lênin (2017) analisava, esta instituição funcionava como instrumento de dominação de uma classe sobre outras, atendendo aos seus interesses. E, por conseguinte, este novo Estado constituído na Rússia deveria servir às classes que antes eram exploradas, além de representantes da classe trabalhadora passar a ocupar cargos governamentais.

Uma das primeiras medidas impostas por Lênin foi a abolição da propriedade privada rural, com a da Lei de Socialização das Terras, promulgada em 18 de fevereiro de 1918, a partir da qual cada camponês poderia ter somente uma propriedade de terra, de modo a democratizar a produção, que seriam redistribuídas pelos Comitês Agrários. Juntamente com esta iniciativa, proibiu-se também o direito de trabalho remunerado por via da aniquilação da moeda – logo, os assalariados passaram a receber seus rendimentos em forma de produtos, fundamentalmente agrícolas, por intermédio do Estado – e de arrendamento da terra, de modo a evitar ganhos financeiros. Houve também a estatização de propriedades rurais e grandes indústrias – em 1918, o Estado nacionalizou 2000 grandes empresas, além de nacionalizar todas as fábricas que tinham mais de dez trabalhadores (VIZENTINI, 1989) –, tal como a coletivização dos processos produtivos e da administração dessas unidades produtivas.

Entretanto, em abril de 1918, deflagrou-se a Guerra Civil na Rússia, que perduraria pelos próximos 4 anos (1918-1921). As duas polaridades durante o conflito eram os bolcheviques e o Exército Branco, apoiado por burgueses, aristocratas, mencheviques e outras forças conservadoras no plano interno, além do apoio militar externo de Inglaterra, França, Japão e EUA. Ou seja, tratava-se de uma correlação de forças polarizada entre as forças revolucionárias e a velha ordem.

Devido às situações extraordinárias deflagradas na gênese do Governo Bolchevique, como uma forte oposição e os constantes ataques externos, além dos eventos referente à Guerra Civil, a política econômica instaurada por Lênin e toda organização do partido seria voltada especificamente para o conflito, denominada de “comunismo de guerra”. A princípio, exigir-se-ia grandes esforços da população para resistir a um novo conflito e salvar a Revolução Bolchevique.

A principal característica do novo planejamento, emergencialmente instalado, foi a militarização do trabalho, onde grande parte da produção de grãos era confiscada pelo Estado e distribuídas à população, fundamentalmente aos soldados do Exército Vermelho, formado em 1918. Durante este período, a distribuição de grãos ao Exército Vermelho foi na magnitude de 75%

(VASCONCELOS, 2013). Para reforçar o caráter do comunismo de guerra, o trabalho era compulsório, onde todos os russos eram obrigados, de alguma forma, a contribuir para o aumento da produção dos diversos setores. Existiam, também, os chamados “sábados vermelhos”, qualificado como trabalhos gratuitos e voluntários em prol da Revolução Bolchevique.

Vale destacar, também, que a reforma agrária implementada a partir da Lei de Socialização das Terras estabeleceu uma contradição primordial durante o período da Guerra Civil Russa: o caráter coletivo da produção rural não foi constatado na prática. O que ocorreu, na verdade, foi o fortalecimento de uma classe rural média que se sustentava a partir do mercado negro, ocupando quase 90% das terras em 1919. Por outro lado, o confisco dos grãos por parte do Estado não era absoluto: em 1918, os bolcheviques eram responsáveis por 44% da distribuição, sendo o restante ainda dominado pelos médios camponeses “especuladores” via mercado negro (VASCONCELOS, 2013). Estes resultados reforçam o erro pontual de política econômica pelos bolcheviques, que alimentaram, mesmo não sendo o objetivo, o caráter burguês no campo.

Percebe-se, então, uma questão fundamental: o frágil planejamento gerava crises de fome aos camponeses pobres que viam seus excedentes confiscados e a única saída, o mercado negro, era praticamente inviável, por conta da especulação dos preços dos grãos. Este controle militar dos produtos agrícolas deve ser entendido no contexto do conflito interno e que, de alguma forma, era inevitável.

Os impactos para a estrutura produtiva da Rússia, no transcurso da Guerra Civil, foram catastróficos: a produção agrícola caiu pela metade e o consumo representava 40% em relação aos anos de 1913 e 1920. A grande indústria teve perda de 80%, sendo que para energia elétrica, petróleo e carvão foram na magnitude de 70%. Em setores como ferro e aço, a perda foi praticamente total (REIS FILHO, 2003).

Mas, no início de 1921, mesmo com revoltas e primórdios de greves por melhorias, os bolcheviques derrotaram o Exército Branco e sagraram-se vencedores da Guerra Civil. O desgaste das forças externas decorrentes da Primeira Grande Guerra foi essencial para que as forças revolucionárias obtivessem êxito.

Ademais, segundo Reis Filho (2003), o Exército Vermelho tinha uma administração mais eficiente e seus combatentes possuíam maior coesão, ao contrário do Exército Branco, que estava mais fragmentado, já que as potências estrangeiras que os apoiava possuíam distintos interesses imperialistas de dominação da Rússia.

Para reestruturar a base produtiva, destruída pela Guerra Civil, o governo bolchevique precisou se mover para a implementação de medidas estratégicas, que pudesse recuperar a estrutura socioeconômica e retomar o crescimento. E, para gerar resultados positivos e conseguir atender às

demandas populares, a revisão do planejamento até então efetivado era imprescindível, o qual deveria ser adaptado à conjuntura do pós-guerra.

1.4 A Nova Política Econômica (NEP)

Com o término da Guerra Civil e a vitória do Exército Vermelho sobre os contrarrevolucionários, a economia do país estava arruinada por conta das batalhas deflagradas no período. Para tentar superar o quadro socioeconômico vigente, o Partido Bolchevique precisaria reformular as políticas econômicas para o futuro. Assim, cessado o conflito, a Rússia pôde efetivamente iniciar o seu planejamento econômico de forma concreta, pois o comunismo de guerra não foi efetivamente implementado de forma ordenada, por conta dos acontecimentos adversos.

O primeiro grande projeto foi a GOELRO – Comissão Estatal de Eletrificação da Rússia – em 1920, “abrangendo um período de 10 a 15 anos e envolvendo a avaliação do futuro comportamento tanto dos setores consumidores de energia como dos setores fornecedores de matérias-primas e equipamentos para as usinas” (MIGLIOLI, 1982: 49). Desta forma, o Estado Bolchevique assegurava o monopólio da produção e distribuição de energia elétrica, com o objetivo de universalizar o acesso.

No ano seguinte, elaborou-se a NEP – Nova Economia Política –, cujo objetivo central era de reerguer a estrutura produtiva, de modo a criar condições reais para avançar no projeto socialista.

A Nova Política Econômica se configuraria como um “recuo tático”, porque elementos do modo de produção capitalista, como investimentos para o capital estrangeiro e o ressurgimento da propriedade privada dos meios de produção, entrariam em vigor novamente, dada a necessidade objetiva de retomada do crescimento econômico, mesmo que em condições diferentes da socialista.

Entretanto, havia um entrave para o desenvolvimento do socialismo: como aponta Netto (1985) e Vasconcelos (2013), Lênin pensava que o processo russo seria uma espécie de início de ondas revolucionárias, localizadas no Ocidente – Alemanha, principalmente, de cunho proletário – e no Oriente – China, de caráter nacionalista e democrática. Todavia, esses movimentos populares e operários fracassaram e as deflagrações de movimentos socialistas só iriam acontecer após a Segunda Guerra Mundial. Neste quadro, a Rússia estava totalmente insulada e uma possível escalada econômica e social, a partir da solidariedade de outros movimentos revolucionários, era impossível.

Assim, ao final de 1922, formou-se da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cujo objetivo era a adesão voluntária de diversas repúblicas rumo à construção do socialismo. O bloco soviético era um bloco multinacional, que abrangeria ainda mais de cem povos distintos. Em linhas gerais, as funções desse complexo conglomerado de países estava dividida entre

obrigatoriedades que caberiam à URSS, e outras que caberiam às Repúblicas federadas. Assim, à URSS competia as funções de defesa, transporte, comunicações, relações exteriores e planejamento econômico. Já às Repúblicas federadas caberia as funções jurídicas, administrativas, educacionais, culturais, e de saúde e serviços sociais (VIZENTINI, 1989: 67).

Mesmo que a Nova Política Econômica tenha surgido antes da formação da URSS, a NEP foi fundamentalmente um planejamento do bloco soviético. O principal espectro econômico a ser privilegiado pela NEP seria o setor agrícola, já que a maioria da população russa economicamente ativa ainda estava no campo e o país necessitava de uma maciça produção de alimentos para abastecer a população, duramente atingida pela Guerra Civil. Além disto, o fato primordial residia em que, a partir da acumulação no campo, este excedente serviria de alicerce para importações de maquinários na indústria.

Para que a NEP obtivesse grande adesão social, esta política estava fundamentada em cinco princípios básicos:

“[...] (1) reconstruir a aliança do proletariado com o campesinato a partir da substituição do confisco pelo imposto em espécie, da permissão do excedente privado e do livre comércio; (2) aumentar a produtividade industrial por meio das concessões ao capital estrangeiro; (3) aumentar emergencialmente a produtividade agrária para o abastecimento de alimentos e o aumento da capacidade de importação; (4) reequilibrar as relações de troca entre campo e cidade; (5) eliminar o desemprego, permitindo o assalariamento privado no campo.” (VASCONCELOS, 2013: 35).

Para que o planejamento da NEP pudesse alcançar êxito, adotaram-se algumas medidas para viabilizar a reconstrução produtiva. Os principais pontos adotados foram: reintrodução da moeda como forma de retomar as relações mercantis e, principalmente, o pagamento dos salários; transmissão hereditária da propriedade, para estimular o setor privado; abertura econômica para o capital estrangeiro; e privatização de indústrias com até 20 operários (VIZENTINI, 1989).

Mesmo que as relações de mercado foram reestabelecidas, o Estado Soviético tinha participação nas grandes indústrias, em setores estratégicos como transporte e energia, e também no sistema bancário. Desta forma, o controle em geral ainda estava centralizado, apesar da abertura provisória. Não se sabia ao certo quanto tempo iria demorar este período transitório e, no transcurso da Nova Política Econômica, criou-se um panorama econômico complexo, principalmente no campo.

Em primeiro lugar, deve-se entender como era composta a estrutura fundiária. A propriedade rural se dividia, fundamentalmente, em pequenos e médios camponeses (*mujiks*), nos grandes latifundiários (*kulaks*) e nas fazendas cooperativas (com forte presença do Estado, de modo que este se apropriava de grande parte do excedente). Com a legalização da liberdade de comércio de produtos agrícolas, bem como a apropriação de seus excedentes, ocorreram modificações substanciais no tocante à dinâmica econômica no campo. Uma das principais consequências foi a

ascensão e consolidação dos grandes latifundiários – os *kulaks* – que, anteriormente, eram em sua grande maioria médios proprietários. Por isso, pode-se dizer que a concentração da terra durante o transcurso da Nova Política Econômica era evidente e bastante considerável: antes de sua implementação, 5% dos proprietários controlavam cerca de 40% da produção de grãos e alimentos em geral. Já na sua vigência, 6% possuíam 60% (VIZENTINI, 1989). Além disso, os grandes proprietários, com o objetivo de especular com o preço dos produtos primários, faziam grandes estocagens de produtos, mantendo forte controle sobre o excedente de produtos, especialmente os cereais. Entre 1923 e 1926, os excedentes de cereais reduziram de 25% para 17%, decorrentes também da maior liberdade de comercialização (VASCONCELOS, 2013).

A indústria soviética também se recuperava em ritmo semelhante: considerando o ano de 1913 como ano-base, no conjunto das indústrias leve e pesada, o índice era de 110,5 em 1927. Com este crescimento, melhorou-se também as condições dos operários, que tiveram ganhos reais em 15% de seus rendimentos no mesmo período (REIS FILHO, 1983). No entanto, houve deterioração dos termos de troca dos bens agrícolas em relação aos industriais:

Argumentou-se [alguns economistas] também que o subdesenvolvimento da indústria soviética era a principal causa do aumento de preços, pois a baixa produtividade elevava os custos de produção. Além disso, a indústria soviética estava operando abaixo de sua capacidade produtiva, o que aumentava a proporção de custos administrativos. Era inegável que o aumento salarial dos operários também interferia no aumento dos preços (VASCONCELOS, 2013: 40)

Este fenômeno ficou conhecido como a “crise das tesouras”, já que as flutuações de preços industriais e agrícolas inverteram em 1923, onde os produtos manufaturados ficaram mais caros. Em outras palavras, os camponeses não conseguiam absorver os bens industrializados da mesma forma que os operários consumiam os alimentos.

Para se ter uma ideia da disparidade, entre 1926 e 1927, o campo absorvia apenas 25% dos bens de consumo corrente; o consumo de energia nas atividades agrícolas, para o mesmo período, era de apenas 2% de energia mecânica – ou seja, basicamente tratores –, sendo que a animal representava quase 75%. Entre 1923 e 1927, a produção elétrica saltou de 897 milhões para 5,3 bilhões de kw/h; no entanto, o consumo de eletricidade no campo representava menos de 1% do que foi produzido em 1927 (REIS FILHO, 1983).

Para reduzir esta disparidade, o Governo Soviético, a partir de 1924, reduziu as concessões de crédito à indústria, aumentando as linhas de crédito aos *kulaks*, e estabeleceu uma política de preços máximos a serem cobrados pelos produtos, o que ajudou, ao longo da década de 1920, a diminuir a relação de preços (VASCONCELOS, 2013), que pode ser visualizado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Relação de preços entre bens industriais e agrícolas (ano-base: 1913)

1913	1923/24	1927
1	2,38	1,82

Fonte: Reis Filho, 1983.

Ao final da década de 1920, começou-se a ter a concepção de que a prioridade ao processo de industrialização era fundamental para o desenvolvimento da URSS. Com a morte de Lênin em 1924, por complicações de saúde, abriu uma disputa interna no partido entre Josef Stálin e Leon Trotsky, que possuíam visões diferentes no que se refere ao desenvolvimento da União Soviética e, inevitavelmente, de planejamento econômico. No mesmo período, a NEP é colocada em xeque - dada suas contradições - e, atrelada às futuras disputadas dentro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) que surgiriam, os novos rumos do bloco soviético mudariam para sempre, gerando grandes transformações.

2. A União Soviética no entre guerras e os Planos Quinquenais

2.1 Debates internos do Partido Comunista da União Soviética (PCUS): poder, socialismo e planejamento

Durante quase toda a década de 1920, foram realizados intensos debates acerca do futuro da União Soviética dentro do Partido Comunista (PCUS) e de que maneira a política econômica seguiria para que o país avançasse ao estágio socialista.

Em 1923, travou-se a primeira batalha interna: a oposição operária, composta por Leon Trotsky e Ieviguêni Preobrazhensky, defendia o abandono da Nova Política Econômica (NEP), e em seu lugar dever-se-ia colocar em prática planos econômicos voltados ao incentivo à indústria pesada, além da coletivização e mecanização das terras, de modo a elevar a produtividade agrícola e liberar um contingente de camponeses às indústrias nascentes. Esta estratégia implicaria em centralização das decisões e rigidez ao cumprimento de metas. A ala da “pureza leninista”, composta por Josef Stálin, Grigori Zinoviev, Lev Kamenev e Nikolai Bukharin pregava a permanência da NEP como uma forma de manter o “ritmo [de desenvolvimento] mais elevado a longo prazo” (REIS FILHO, 1982; p. 27), defendendo a aliança operária e camponesa. Logo, a Nova Política Econômica não funcionaria mais como um recuo tático, mas como a própria estratégia de desenvolvimento. Ao contrário da oposição operária, esta tática de desenvolvimento econômico tenderia a ser mais flexível, democrática e com metas indicativas, ou seja, que não fossem impostas aos trabalhadores para que cumprissem a qualquer custo.

Ademais, além do debate econômico e das estratégias de planejamento, havia ainda discussões dentro do PCUS acerca da própria concepção de socialismo e qual deveria ser o posicionamento da União Soviética frente aos acontecimentos que transcorriam naquele período histórico. A tese da “revolução permanente”, encabeçada por Trotsky, discorria sobre a necessidade da ocorrência de movimentos revolucionários em outros países, os quais seriam fundamentais para a consolidação do socialismo na URSS. A tese de Trotsky tinha fundamento na própria teoria de Marx (2012), que defendia a tese do “internacionalismo proletário”, onde o socialismo deveria se espalhar pelas nações como pré-condição fundamental para o êxito dos processos revolucionários. Já o “socialismo em um só país”, elaborado pelo secretário-geral do PCUS, Josef Stálin, parecia ter uma visão mais realística: dado que insurreições internacionais não se deflagraram após a Revolução Bolchevique, a União Soviética não deveria ficar à mercê de novos movimentos, mas fazer um grande esforço para desenvolver o socialismo “com suas próprias mãos”. No entanto, esta tese não desconsiderava a importância de novas eclosões revolucionárias.

Para sintetizar de maneira cronológica, a NEP ficou em vigência até 1927, enquanto que a tese stalinista sobre o socialismo foi aprovada em 1925, durante o XIV Congresso do PCUS. No entanto, a tese do socialismo em um só país, atrelada à continuidade da Nova Política Econômica, possuía uma intrínseca contradição: a NEP agregava elementos de mercado, como a propriedade privada e a participação de capitais estrangeiros, dando prioridade à produção agrícola. Contudo, já que o PCUS acatou a tese stalinista acerca do socialismo em um só país, o mais coerente seria promover uma industrialização acelerada, como a tese da oposição operária, encabeçada por Trotsky, pregava. No entanto, como apontado por Vizentini (1989; p.75), “[o] que poucos perceberam [referindo-se aos membros do PCUS] foi que a ideia de industrialização fazia parte desta concepção, contradizendo o próprio Stálin na época.”. Já Netto (1985; p. 39), aponta que “[...] dada a tese do socialismo ‘num só país’, dever-se-ia proceder à industrialização acelerada, calçada na coletivização compulsória da agricultura (como se vê, há um resgate parcial do projeto de Trotsky)”. Logo, não seria razoável pensar que, a longo prazo, a agricultura ainda fosse o motor econômico da União Soviética, já que a questão de desenvolvimento vem intimamente ligada à questão da promoção da industrialização, tal como nos países centrais capitalistas. Ademais, a URSS necessitava se proteger de supostas ameaças estrangeiras que poderiam, a qualquer momento, aniquilar a Revolução Bolchevique.

Assim, no XV Congresso do PCUS, realizado em dezembro de 1927, aprova-se a tese stalinista de desenvolvimento, o “socialismo em um só país”, atrelado à industrialização pesada e à coletivização forçada das terras (NETTO, 1985). Portanto, o modelo de planificação econômica foi efetivado no ano seguinte, quando ocorreu o Primeiro Plano Quinquenal.

Cabe agora elucidar como se deu a elaboração deste primeiro grande projeto na União Soviética, tendo-se mais uma disputa entre duas correntes de como deveria se dar o planejamento centralizado.

No decorrer da elaboração do I Plano Quinquenal, houve grande discussão entre duas correntes contraditórias na economia socialista emergente. Defensores da primeira corrente, a qual Konratiev também pertenceu, chamaram-se “genéticos”. Eles pensavam que diretrizes dos planos devem basear na análise das tendências existentes na economia, levar em conta disponibilidade de recursos e conjuntura real econômica. A esta corrente pertenceram, em geral, especialistas da elite profissional e intelectual da Rússia czarista, os quais não eram, na maioria, membros do Partido Comunista.

A segunda corrente defendeu a abordagem teleológica, e seus proponentes chamaram-se “teleólogos”. Eles consideravam a formulação de objetivos e a elaboração das metas de desenvolvimento como a etapa mais importante da planificação. Para o cumprimento das metas, devem ser buscados recursos necessários, alterada conjuntura econômica e formadas novas tendências. Sendo assim, o plano basear-se-ia mais nas diretrizes centrais do que nas previsões científicas. Os proponentes da segunda corrente foram, na maioria, membros do Partido Comunista e aqueles economistas que prefeririam seguir pela linha geral do Partido (MIKHAILOVA, 2011: 4).

O que se pode perceber, durante o período que antecedeu à implementação do Primeiro Plano Quinquenal, é que a primeira proposta partia da análise real da economia soviética para que, posteriormente, pudesse fazer as resoluções necessárias do planejamento central. Ao contrário, a segunda tese, a vencedora, defendia um modelo extensivo de crescimento econômico, onde o cumprimento das metas, formadas pelos partidários de alto escalão do PCUS, era mais importante do que a análise concreta dos recursos existentes. Arelada a esta corrente, o autoritarismo vigente facilitou a aplicação do novo modelo de planejamento, de modo que, quando possível, o Estado soviético prendia, exilava e matava seus possíveis opositores e traidores.

2.2 A operacionalidade do modelo econômico stalinista

Durante grande parte da existência da extinta União Soviética, vigorou-se o modelo stalinista de planejamento econômico. Não havia, até então, nenhuma evidência histórica de algo semelhante e os desafios eram enormes, já que, como o bloco soviético adotava a tese do “socialismo em um só país” e o seu insulamento era evidente, o seu desenvolvimento era basicamente autárquico.

Há um fator crucial para entender a complexidade da planificação econômica soviética: por muito tempo do século passado, a ala ortodoxa socialista sempre defendeu que o modelo stalinista era o único genuinamente marxista. (MIGLIOLI, 1983). Talvez a principal explicação para tal afirmação seja o culto à personalidade em torno de Josef Stálin, onde os aliados internacionais que surgiam viam em sua figura a personificação do legado socialista, seguindo cegamente os princípios e ordens soviéticos da época. A consequência primordial que isto gerou é de que, como havia um

“único modelo” de planejamento aos países socialistas, desconsiderava-se as especificidades concretas dos países que o adotavam. Ou seja, significa que nem sempre a planificação stalinista era aplicável nas economias socialistas emergentes. Cabe, então, explicar de que maneira funcionava a operacionalidade do modelo, evidenciando suas principais características e limites.

Segundo Rossetti (1981), a política e as programações econômicas eram intimamente relacionadas ao Estado no modelo econômico soviético. O primeiro item refere-se ao objetivo mais amplo de uma sociedade, que seria a própria política nacional, voltada para as áreas de defesa, infraestrutura e desenvolvimento social. Já as programações são os aspectos secundários de uma economia, abrangendo a decomposição das ações do planejamento central em três níveis fundamentais: global, setorial e regional.

No tocante à operacionalidade do modelo de planificação soviética, tinha-se a Comissão Estatal de Planejamento (*Gosplan*), que era o órgão central da política econômica, responsável por elaborar um plano econômico geral de médio prazo – os chamados Planos Quinquenais. Além destes, eram também elaborados planos de longo e curto prazos. O primeiro referia-se às grandes linhas de desenvolvimento socioeconômico, a partir da avaliação de recursos disponíveis, de modo a estabelecer níveis de produção, melhorias gerais da produtividade, novas técnicas produtivas, entre outros. Os de curto prazo eram desdobramentos dos planos quinquenais, com metas específicas e procedimentos à execução (MIGLIOLI, 1983). Tinha-se, também, os órgãos periféricos, ou ministérios, de acordo com cada atividade produtiva, que serviam de suporte ao Estado soviético para ajudar na conclusão das metas estabelecidas, localizados nas áreas industriais e rurais.

Portanto, evidencia-se a primeira característica do modelo: a hierarquização das decisões. Em outras palavras, com a elaboração das metas de médio prazo pelos órgãos estatais superiores, as empresas ficavam à mercê de promover suas próprias decisões – a chamada autogestão das fábricas – no que diz respeito à produção e à utilização dos recursos. A perda de independência das fábricas foi evidente porque:

- (i) os investimentos passaram a ser predominantemente dependentes do plano e dos recursos alocados pelo orçamento de Estado, e menos dos lucros e dos empréstimos bancários; (ii) o caráter imperativo dos planos implicava que a decisão sobre a produção dependia em grau crescente de medidas administrativas e, em grau decrescente de importância, da demanda dos consumidores; e (iii) a fixação dos preços pelos órgãos de planificação restringia a liberdade de ajustar oferta e demanda via preços (GOMES, 2015: 8).

O centralismo também era uma atribuição importante ao modelo soviético, e complementar à hierarquização. Miglioli (1983) argumenta que as decisões relativas às atividades econômicas eram classificadas por: *i*) âmbito nacional, que engloba o comportamento geral da economia, como taxas de crescimento, distribuição de investimentos, entre outros; *ii*) âmbito da empresa, referente às

decisões de produção, como explicitado anteriormente; e *iii*) âmbito individual, que se refere às preferências por produtos e trabalho, basicamente. Segundo o autor, em economias socialistas, os dois primeiros itens estão englobados no Estado, ao contrário de economias capitalistas, cujo segundo é próprio das empresas. Desta forma: “(...) o que caracteriza um planejamento socialista (...) são as decisões do segundo tipo, (...)” (*ibidem*: 53).

Outra questão que se pode concluir a partir destas perspectivas é de que, como aponta Gomes (2015), na União Soviética, a alocação dos recursos era feita *ex-ante*, enquanto que, nas sociedades capitalistas, esta distribuição de produtos e serviços seria *ex-post*, no mercado de compra e vendas. A forma utilizada para fazer este tipo de alocação era conhecido como “método de balanço”. Tal método consistia em

[...] balanços contábeis que dispunham os recursos disponíveis e os usos dos mesmos. Os recursos disponíveis se dividiam em três grupos principais: os estoques iniciais, a produção e as importações. Os usos desses recursos tinham seis destinos principais: necessidades produtivas, investimentos, fundo mercantis, reservas do Estado, exportação e estoque finais (*ibidem*: 16).

Logo, os responsáveis pela planificação podiam visualizar excessos e falta de recursos nos setores econômicos, de modo a reformular, sempre que possível, as alocações de acordo com o descompasso entre oferta e demanda. Assim, para que o método de balanço obtivesse êxito, dever-se-ia fazer um grande esforço para conciliar o mapeamento e direcionamento de recursos com as proposições dos órgãos superiores, o que nem sempre era algo trivial, haja vista de que, muitas vezes, algumas metas eram praticamente impossíveis de se atingir, como ultrapassar a produção estadunidense em um espaço de tempo recorde.

O autoritarismo é outro elemento fundamental para entender o planejamento soviético. Como já discorrido em parágrafos anteriores, a corrente burocrata do PCUS havia se instalado efetivamente nas decisões econômicas e políticas e a figura de Stálin se consolidava como a personificação do socialismo. Com isso, intuitivamente, a sociedade como um todo não era consultada a respeito das grandes decisões econômicas da nação, sendo estas responsabilidades centralizadas na cúpula do Partido Comunista e demais técnicos simpatizantes (MIGLIOLI, 1983).

Desta forma, duas conclusões podem ser apontadas: *i*) o modelo soviético era extensivo, isto é, as empresas se preocupavam em cumprir as metas, mesmo que isto implicasse em desperdícios ou perda de qualidade dos produtos; e *ii*) os Planos Quinquenais eram imperativos e não indicativos, dado o autoritarismo e a obrigatoriedade de atingir as metas estipuladas da cúpula partidária, para que as empresas recebessem bônus por isso.

A partir disso, passamos à discussão dos três Planos Quinquenais, e seus principais desdobramentos à economia soviética.

2.3 Primeiro Plano Quinquenal (1928-1932)

O primeiro Plano Quinquenal tinha duas tarefas fundamentais: promover a coletivização forçada das terras para eliminar o caráter burguês do campo, e acelerar o processo de industrialização da URSS, de modo que o bloco soviético se tornasse, em um curto espaço de tempo, uma potência econômica e militar.

Como discorrido na seção anterior, os *kulaks* e demais camponeses privados médios passaram a estocar os alimentos ou até mesmo queimá-los por conta da crise das tesouras. Intuitivamente, possuíam um “controle da fome” da população soviética e o utilizavam para elevar seus poderes políticos e econômicos, já que, entre 1927 e 1928, controlavam cerca de 94% dos cereais comercializados (REIS FILHO, 1983). Como o impasse de interesses entre Estado e camponeses era latente, a solução encontrada por Stálin e seus apoiadores foi a dura repressão frente a estas classes sociais, de maneira que as expropriações de terras poderiam levar ao exílio das pessoas ou até mesmo à morte. Não obstante, o lema do PCUS era a “eliminação dos *kulaks* como classe”. Estima-se que, neste período, entre 1 e 4 milhões de pessoas foram mortas (VIZENTINI, 1989).

A meta do Partido Comunista era de que, ao final do primeiro Plano Quinquenal, o percentual de terras coletivizadas fosse de até 17%. Mas o que se verificou foi uma taxa superior a 61% (REIS FILHO, 1983), distribuídas em cooperativas (*kolkhozes*) e propriedades estatais (*sovkhazes*), o que reforça a repressão stalinista que se iniciava. Além de eliminar a propriedade privada no campo, a coletivização das terras tinha dois importantes objetivos indiretos fundamentais: *i*) liberar contingente populacional para ser empregado na indústria; e *ii*) a partir do momento em que o Estado tivesse uma maior apropriação dos excedentes agrícolas das cooperativas e propriedades estatais, este seria direcionado para a industrialização pesada (a grosso modo, pode-se denominar este processo como “acumulação socialista”).

Ainda sobre a coletivização, o Estado soviético impôs aos camponeses entregas obrigatórias das safras, de maneira que o percentual coletado compulsoriamente sempre crescia, independente das situações produtivas das propriedades. Em 1928, as coletas pelo Estado chegaram a 10,8 milhões de cereais; no ano subsequente, foram mais de 16 milhões (REIS FILHO, 2003). Além disto, o número de gados bovinos caiu mais de 46% entre 1929 e 1933 (NETTO, 1985), dado a necessidade de substituição da atividade pecuária pela produtiva. No entanto, gradativamente as entregas obrigatórias começaram a desestimular a produção agrícola. O Estado não levava em conta os níveis produtivos e, inevitavelmente, a disparidade dos preços relativos entre manufaturados e bens primários ainda permanecia tal como na Nova Política Econômica. A justificativa central do Estado soviético para o incremento gradual das entregas obrigatórias, bem como da manutenção dos

diferenciais de preços relativos, era de que a organização econômica e, portanto, os recursos disponíveis, deveriam servir ao objetivo maior da industrialização.

O outro grande objetivo do primeiro Plano Quinquenal era da promoção da industrialização pesada que, ao contrário da agricultura, caminhava a ritmos acelerados e com significativos resultados. Neste processo, pode-se afirmar que as políticas industriais soviéticas eram verticais, pois focavam em alguns setores específicos ou, em outras palavras, estratégicos. Em geral, se priorizou investimentos em: “(...) indústrias de construção mecânica, armamentos, siderurgia, transportes, estradas de ferro e canais, energia elétrica, carvão e petróleo, (...). A eles seriam destinados 78% dos investimentos totais.” (REIS FILHO, 2003; p. 91-92).

Um dos principais efeitos do paradoxo entre indústria e agricultura no primeiro Plano Quinquenal foi a transferência de contingentes populacionais do campo para as cidades, contribuindo para o avanço no processo de urbanização. Se, em 1912, a porcentagem de habitantes que moravam nas cidades era de 18%, em 1940 essa porcentagem eleva-se para 33%, ampliando a oferta de mão de obra disponível para a indústria em expansão³. Porém, esse processo resultou em alguns problemas de cunho econômico. À medida que o processo de urbanização avançada, ampliou-se também as diferenças salariais entre distintas frações da classe trabalhadora. De maneira lógica, como a URSS estava em uma fase de aceleração da industrialização, teve-se uma elevação da demanda por trabalhadores qualificados, o que, inevitavelmente, gerou uma discrepância salarial na indústria entre estes e os que estavam empregados em postos com exigências de qualificação e especialização menores.

Houve uma grande mobilização do Estado, mesmo que pela via da repressão, para que as metas fossem cumpridas, de modo a estimular os trabalhadores soviéticos a atingi-las. Os esforços estavam no sentido de que, claramente, começava-se a ter desequilíbrios no tocante aos setores econômicos. Como se viu no parágrafo anterior, quase 80% dos investimentos estatais foram alocados a um pequeno conjunto de ramificações. Logo, além da situação no campo, a produção de bens de consumo também foi prejudicada. Isso se deve ao fato de que a corrente de planejamento dos teleólogos desconsiderava em grande parte um desenvolvimento econômico minimamente equilibrado, sendo que as imposições da cúpula burocrática do PCUS e o cumprimento das metas, a qualquer custo, fossem mais importantes do que a análise objetiva e concreta dos recursos disponíveis.

Mesmo com estes problemas, o primeiro Plano Quinquenal foi cumprido em quatro anos, ao invés dos cinco inicialmente projetados. Os setores privilegiados obtiveram resultados expressivos, como evidenciados nos dados da tabela abaixo.

³ Segundo Netto (1985), entre 1922 e 1950, o número de operários na União Soviética cresceu de 1 milhão para 40 milhões.

Tabela 2 – Produção industrial no Primeiro Plano Quinquenal de alguns setores

Ano	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1928	35,5	4,5	11,6	5
1932	64,4	5,9	28,6	13,5

Nota: Carvão, aço e petróleo em milhões de toneladas; eletricidade em milhares de kW.

Fonte: Netto (1985).

Em linhas gerais, a produção industrial média anual cresceu a uma taxa próxima de 15% (NETTO, 1985) e a renda nacional, durante o período, teve uma elevação significativa de, aproximadamente, 86,5% (REIS FILHO, 2003). Ademais, cabe lembrar que, durante a vigência do primeiro Plano Quinquenal, ocorria no mundo capitalista liberal a grande crise de 1929, o que contribuiu para o avanço econômico da União Soviética frente a estes países. Como a tese do “socialismo em um só país” venceu, a crise praticamente não afetou a URSS, já que se tratava de um bloco socialista e autárquico, dependendo de suas próprias forças para se desenvolver.

2.4 Segundo Plano Quinquenal (1933-1937)

O segundo Plano Quinquenal (1933-1937) visava impor metas mais realistas de cumprimentos produtivos em relação ao plano anterior, além de correção de erros de planejamento econômico. O órgão central de planificação, a *Gosplan*, projetava um aumento de 50% na produção agropecuária e 100% na indústria leve para elevar o padrão de vida dos soviéticos, além da ampliação do acesso aos bens de consumo individuais. Contudo, apesar das revisões, a indústria pesada ainda era prioridade (VIZENTINI, 1989).

Ademais, o processo de racionamento de alimentos, centralizado no Estado e imposto devido à intensa coletivização das terras, ainda em vigência, foi abolido, o que permitiu maior liberdade de comércio e seu desenvolvimento. Reis Filho (2003) argumenta que, mesmo com a abolição do racionamento, a escassez de alimentos era ainda um problema, haja vista que o Estado soviético priorizava as exportações desses produtos para adquirir divisas, viabilizando importações de maquinários e outras matérias primas essenciais.

Já *Mejdunarodnaia Kniga* (1961) discorre que, já ao final do segundo Plano Quinquenal, a União Soviética importava apenas 0,9% de seus maquinários, enquanto que no plano precedente esta porcentagem era próxima de 13%. Ainda diz que, no bloco soviético, a indústria de bens de capital havia atingido um específico nível de produção, de modo que qualquer máquina poderia ser feita na URSS.

Essas duas linhas de argumentação que, em um primeiro momento, podem parecer excludentes, são de alguma forma complementares, por uma razão muito simples: apesar do regime

soviético ser basicamente autárquico, ainda na gênese de sua industrialização importava maquinários, mesmo de potências estrangeiras. No mesmo período que se iniciou os planos quinquenais, ocorreu a crise de 1929, o que pode ter permitido à URSS importar máquinas e equipamentos por preços relativamente mais baixos e, desta forma, desenvolver sua indústria pesada via imitação. Desta forma, gradativamente, a União Soviética passou a depender cada vez menos de importações.

Analisando o desenvolvimento da indústria leve e da agricultura, a evolução do capital revertido cresceu 2,4 vezes em relação ao primeiro plano. Já a produtividade do operário cresceu em 82%, juntamente com o crescimento industrial médio soviético, que foi de 20% ao ano entre 1930 e 1937 (*ibidem*, p. 50).

Mesmo com a notável evolução desses setores, a indústria pesada ainda era uma prioridade fundamental à União Soviética, que crescia a passos impressionantes, avançando cada vez mais, como demonstrado na tabela abaixo. Cabe lembrar que, ao final do segundo Plano Quinquenal, praticamente todas as indústrias estavam estatizadas.

Tabela 3 – Produção industrial de setores estratégicos durante o segundo Plano Quinquenal

Setores	1932	1937
Eletricidade	13,5	36,2
Carvão	64,4	128
Petróleo	21,4	28,5
Aço	5,9	17,7
Renda Nacional	45,5	96,3

Nota: Eletricidade em milhares de kW; carvão, petróleo e aço em milhões de toneladas; renda nacional em milhões de rublos, com base em 1926-1927.

Fonte: Reis Filho (2003).

Os grandes destaques foram a eletricidade, com um crescimento superior a 168% no período, e a própria renda nacional soviética, que mais que dobrou. O segundo Plano Quinquenal foi cumprido no prazo de cinco anos e, mais do que isso, a indústria soviética deu saltos qualitativos importantes.

No entanto, apesar dos expressivos resultados, a onda de “expurgos stalinistas” foi agravante na década de 1930: repressão policial para quem discordasse do regime, exílio, transferência de pessoas aos campos de trabalho forçado (*gulags*), mortes em massa, entre outros aspectos semelhantes. Segundo Netto (1985), entre 1936 e 1939, toda a velha guarda bolchevique (em geral, membros do PCUS que participaram, direta ou indiretamente, da Revolução de Outubro) foi desarticulada, além de que, no mesmo período, 70% dos membros do Comitê Central do partido, eleitos em 1934, foram presos, sem contar os soldados do Exército Vermelho que também foram dizimados. Figuras importantes como Zinoviev, Kamenev e Trotsky foram vítimas da repressão

stalinista - os dois primeiros fuzilados neste período, e o terceiro foi morto quando estava exilado no México em 1940.

Mesmo com essas dificuldades, a União Soviética caminhava praticamente com suas próprias forças ao desenvolvimento socialista. Porém, a iminência de um outro conflito mundial era latente e o terceiro Plano Quinquenal teria que estar centrado neste específico ponto. E, de alguma forma, a figura de Stálin foi crucial para o desfecho da Segunda Grande Guerra.

2.5 Terceiro Plano Quinquenal (1938-1942) e a Segunda Grande Mundial

O terceiro Plano Quinquenal talvez foi o mais crucial para a União Soviética, já que o mesmo foi interrompido em 1941, quando o bloco efetivamente entra na Segunda Guerra Mundial, ou a “Grande Guerra Patriótica”, como os soviéticos a denominavam.

Mesmo que a URSS não tenha entrado desde o início do conflito, o planejamento econômico foi direcionado à indústria bélica, caso as circunstâncias exigissem sua entrada, o que efetivamente veio a ocorrer. Além desta adversidade, Vizentini (1989) apontou que, mesmo com metas ligeiramente ambiciosas, o terceiro Plano Quinquenal procurou aprimorar aspectos qualitativos, como a gestão das fábricas estatais e a produtividade do trabalho.

De fato, a produtividade dos trabalhadores na indústria cresceu consideravelmente: tomando como base o ano de 1928, em 1940 o crescimento foi na magnitude de 343%, o que significou, em grande medida, uma redução importante nos custos de produção industriais (KNIGA, 1961). No entanto, ao analisar este recorte temporal, não se pode esquecer a grande prioridade do terceiro Plano Quinquenal: a indústria bélica. Fazendo um comparativo entre o total da indústria soviética com a de armamentos, no período de 1938 e 1940, a primeira cresceu a uma taxa anual média de 13%, enquanto que o crescimento da indústria bélica foi de quase 40%, participando no início de 1941 com 45% da renda nacional (MIKHAILOVA, 2011). Estes dados reforçam a preocupação do Estado soviético com uma possível entrada na Segunda Grande Guerra, cuja taxa de evolução do setor bélico foi quase três vezes superior à média total da indústria. Desta forma, não se pode descartar o crescimento dos setores estratégicos soviéticos, demonstrados em tabelas anteriores, durante o terceiro Plano Quinquenal.

Tabela 4 – Produção industrial no terceiro Plano Quinquenal (setores selecionados)

Ano	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1937	128	17,7	28,5	36,2
1940	165,9	18,3	31,1	48,3

Nota: Eletricidade em milhares de kW; carvão, petróleo e aço em milhões de toneladas

Fonte: Reis Filho (2003) e Neto (1985).

Nitidamente, o ritmo de crescimento, apesar de alto, foi menor se comparado ao segundo plano. Neste, a eletricidade cresceu quase 170%, enquanto que no período entre 1937 e 1940, a taxa foi um pouco superior a 33%. O conjunto de dados permite afirmar, mais uma vez, a prioridade do setor bélico no terceiro Plano Quinquenal.

Importa também destacar as transformações sociais que a União Soviética enfrentou durante os três planos quinquenais, onde o processo de urbanização foi intensificado e a economia, evidentemente, sofreu modificações substanciais.

Em 1928, ano que o primeiro plano entrou em vigor, 80% da população empregada estava no setor primário e somente 8% no industrial. Mas, em 1940, as porcentagens mudaram para 54% e 23%, respectivamente. Notoriamente, o setor industrial foi o que mais ganhou participação durante os planos quinquenais e, inevitavelmente, o processo de êxodo rural foi intenso. (VIZENTINI, 1989). Por outro lado, o rápido processo de êxodo rural e urbanização resultou na marginalização de parte da sociedade, a partir de um intenso processo de favelização das grandes cidades soviéticas. “Em 1936, apenas 6% dos habitantes das cidades dispunham de mais de um cômodo para viver. Outros 40% dispunham de apenas um cômodo, 24% de parte de um cômodo, 5% viviam em cozinhas e corredores e 25% alojavam-se em dormitórios (...)” (REIS FILHO, 2003: 95).

No entanto, apesar das dificuldades, a União Soviética havia introduzido políticas de universalização e gratuidade de saúde e educação, com abrupta melhoria nos indicadores sociais. Vale destacar também que as mulheres obtiveram grandes conquistas durante as primeiras décadas de existência da antiga URSS, alcançando igualdade jurídica, mais oportunidades de emprego fora do ambiente doméstico e ingresso às universidades.

Por fim, cabe destacar alguns aspectos referentes à participação da URSS na Segunda Guerra Mundial, dado que sua entrada no conflito resultou na interrupção do terceiro Plano Quinquenal, mediante a necessidade da organização de uma economia de guerra.

A entrada da União Soviética junto aos Aliados se deu em junho de 1941, quando as tropas nazistas fizeram uma inicial ofensiva. O exército alemão havia ocupado os Estados bálticos (Ucrânia, Crimeia e Bielorrússia), e parte considerável da Rússia europeia. Nestas regiões, estavam compreendidos 40% da população soviética, 65% da produção de carvão, 68% de ferro, 58% de aço e 38% dos cereais, além de quase 2 milhões de prisioneiros (REIS FILHO, 2003). Em outras palavras, alguns dos principais produtos soviéticos foram colocados sob domínio nazista.

Mas foi a partir da vitória do Exército Vermelho na famosa Batalha de Stalingrado, entre agosto de 1942 e fevereiro de 1943, que a União Soviética faria a ofensiva contra os nazistas, até a tomada de Berlin em 1945, sendo a grande responsável pela virada dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Assim que a articulação feita entre PCUS e Stálin, de modo a mobilizar a população para salvar a triunfante Revolução de Outubro e derrotar as tropas hitleristas, foi realizada de maneira

exitosa. A figura do secretário-geral na Segunda Guerra Mundial foi fundamental para conseguir aglutinar esforços para conduzir a URSS à vitória.

Apesar da vitória e o fortalecimento do socialismo, o bloco soviético teve perdas significativas, tanto humanas quanto econômicas, já que, ao contrário dos Estados Unidos, boa parte de seu território foi palco de batalhas sangrentas. Estima-se que 20 milhões de soviéticos, sendo 13 milhões de civis e os demais soldados, foram mortos durante o conflito mundial. Para se ter ideia da dimensão de perdas humanas, EUA, França e Inglaterra, juntos, sofreram com a morte de 1,3 milhão de pessoas. Além das mortes, a estrutura produtiva também foi frontalmente afetada: quase metade do espaço urbano foi completamente destruído, atingindo milhares de quilômetros de ferrovias e cidades. Em alguns setores, como petróleo, eletricidade, aço, tecidos, entre outros, as quedas variavam entre 10% e 70% (REIS FILHO, 2003). A principal indústria, a de bens de capital, teve uma redução forte de 30%, enquanto que na indústria leve, em geral, a queda foi na magnitude de 40% (NETTO, 1985).

Tabela 5 – Produção industrial durante a II Guerra Mundial

Ano	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1940	165,9	18,3	31,1	48,3
1945	149,3	12,3	19,3	43,2

Fonte: Netto (1985)

Mesmo com todo este cenário, a União Soviética saiu fortalecida do conflito mundial, posicionando-se como a segunda grande potência hegemônica internacional, fazendo frente aos Estados Unidos a partir de então, até meados do início da década de 1990.

Considerações finais

As transformações socioeconômicas russas que resultariam anos depois na formação da União Soviética foram repletas de adversidades, que podem ser resumidas em duas revoluções no ano de 1917, uma Guerra Civil e duas mundiais.

Considerando todos estes processos complexos, a consolidação do socialismo na URSS teve dificuldades no tocante ao planejamento econômico e as maneiras mais razoáveis de se elaborar trajetórias viáveis ao desenvolvimento das forças produtivas e consolidar uma nova sociedade, livre de explorações e com a classe trabalhadora sendo protagonista dos eventos sócio-econômicos.

A partir do momento em que o aparelho estatal se tornou o principal agente econômico, – e posteriormente único – o bloco soviético alcançou resultados expressivos, principalmente na indústria pesada de bens de capital e de armamentos. Isto foi possível por conta das próprias

características da antiga Rússia czarista, cuja economia era essencialmente agrária e com imensas contradições sociais.

Mesmo no período de implementação da Nova Política Econômica, quando optou-se pela maior abertura a capitais e atividades privadas como forma de avançar na modernização produtiva e no desenvolvimento econômico, os resultados foram relativamente limitados, com restrições para o êxito ao processo de rápida industrialização da União Soviética. Ademais, os instrumentos da NEP abriram caminho para uma série de conflitos entre os interesses do Estado e dos capitalistas – como a partir da ascensão dos *kulaks* – colocando em questão as potencialidades da utilização de instrumentos típicos do modo de produção capitalista para o avanço de um sistema que se propunha socialista.

Assim, foi somente no governo Stálin, com os Planos Quinquenais, que a URSS conseguiu resultados econômicos expressivos, por conta do planejamento centralizado mais consolidado e melhor elaborado. No entanto, o modelo stalinista de planificação possuía diversas falhas, como o seu caráter autoritário e de pouca flexibilização diante das situações que surgiam. Ademais, emergiu um grande desequilíbrio entre a indústria pesada e a leve, já que os investimentos estatais eram majoritariamente alocados ao primeiro.

Cabe lembrar que este descompasso tem que ser contextualizado nos cenários de ameaças externas, à entrada soviética na Segunda Guerra Mundial e à futura Guerra Fria, que seria travada com os Estados Unidos. Apesar disso, importa destacar que, sem a formalização e efetivação do planejamento econômico, o território russo permaneceria, possivelmente, vinculado e depende das atividades agrárias, sua principal fonte de renda até a eclosão da Revolução. Razão pela qual podemos apontar a importância irrestrita do planejamento e da planificação econômica para o avanço econômico e social da União Soviética, que viriam a resultar sem sua consagração como potência hegemônica internacional ao final da Segunda Guerra Mundial.

Referências bibliográficas

GOMES, L. H. M. (2015). **O modelo stalinista de planificação econômica**. 11º Congresso Brasileiro de História Econômica - O modelo stalinista de planificação econômica. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, p. 1 - 25.

HOBSBAWN, E. (1994). **A era dos extremos – O breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras.

LANGE, O. (1988). **Ensaio sobre planificação econômica**. São Paulo: Nova Cultural.

LÊNIN, V. I. (2017). **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo.

MARX, K.; ENGELS, F. (2012). **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2ª edição.

MARX, K. (1996). **O Capital – crítica da economia política**. Volumes I e II. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas, 2167 edição.

KNIGA, M. (1961). **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda. Academia de Ciências da URSS, 3ª edição.

MIGLIOLI, J. (1982). **Introdução ao planejamento econômico**. São Paulo: Brasiliense.

NATAL, J. A. S. L. (2013). **União Soviética: Da Nova Política Econômica (NEP) à construção do “socialismo num só país”**. Revista Cronos, v. 14, n. 1, p.105-126, jan./jun. 2013. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NETTO, J. P. (1985). **O que é stalinismo**. São Paulo: Brasiliense.

REIS FILHO, D. A. (1989). **A Revolução Russa 1917-1921**. São Paulo: Brasiliense, 4.ª edição.

_____ (2003). **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético**. São Paulo: Editoria Unesp.

_____ (1983). **URSS: O socialismo real (1921-1964)**. São Paulo: Brasiliense.

RODRIGUES, R. P. (2006). **O colapso da URSS: um estudo das causas**. Tese (Doutorado) - História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo

ROSSETTI, J. P. (1981). **Política e programação econômicas**. São Paulo: Atlas.

VASCONCELOS, J. S. (2014). **Controvérsias econômicas da transição soviética (1917-1929)**. Revista Verinotio, v. 9, n. 18, out. 2014. Belo Horizonte.

VIZENTINI, P. (1989). **A Revolução Soviética: O Socialismo num só país**. São Paulo: Mercado Aberto.

VOLKOGONOV, D. (2017). **Stálin: triunfo e tragédia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª edição.